Revista do Conselho Federal de Economia | COFECON

Ano IV - Nº 13 - Dezembro de 2013

ECONOMISTAS

PIB: o melhor indicador?

Economistas Róridan Duarte e Marcus Eduardo de Oliveira discutem as contradições do Produto Interno Bruto e questionam seu papel central como indicador econômico

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
COFECON

SETOR COMERCIAL SUL,
QUADRA 02, BLOCO B, SALA 501
EDIFÍCIO PALÁCIO DO COMÉRCIO
70.318-900 - BRASÍLIA - DF
(61) 3208-1800

COFECON@COFECON.ORG.BR
WWW.COFECON.ORG.BR

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

PRESIDENTE
Ermes Tadeu Zapelini

VICE-PRESIDENTE
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Eduardo Poleti
Antonio Melki Júnior
Celina Martins Ramalho
Eduardo José Monteiro da Costa
Erivaldo Lopes do Vale
Ermes Tadeu Zapelini
Fábio José Ferreira da Silva
Fabíola Andréa Leite de Paula
Francisco Assunção e Silva
José Luiz Amaral Machado
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sebastião Demuner
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Airton Soares Costa
Antonio Eduardo Nogueira
Carlos Alberto Safatle
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Charles Schneider
Denivaldo Targino da Rocha
Dilma Ribeiro de Sousa Pinheiro
Edson Nogueira Fernandes Jr.
Edson Peterli Guimarães
José Emílio Zambom da Silva
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Lourival Batista de Oliveira Júnior
Marcelo Martinovich dos Santos
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto Lucho
Paulo Salvatore Ponzini
Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

COMITÊ EDITORIAL
Ermes Tadeu Zapelini
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Odisnei Antonio Bega
Júlio Alfredo Rosa Paschoal
Antonio Eduardo Poleti
Celina Martins Ramalho
Róridan Penido Duarte
Paulo Dantas da Costa
Roberto Bocaccio Piscitelli
Carlos Roberto de Castro

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Róridan Penido Duarte (Coordenador)
Luiz Alberto de Souza Aranha Machado
Wilson Benício Siqueira
Erivaldo Lopes do Vale
Wellington Leonardo da Silva
Eduardo José Monteiro da Costa
Fabíola Andréa Leite de Paula
Carlos Roberto de Castro

JORNALISTA
Manoel Castanho (MTb 7014-DF)

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Área Comunicação

TIRAGEM
10.000 exemplares

SUMÁRIO

04 **Opinião do Leitor**

05 **Editorial** Luiz Alberto Machado

06 **Entrevista** com Rodrigo Ávila

10 **Prêmio Nobel de Economia**

12 **Acontece no Cofecon**

16 **Opinião Econômica** Róridan Duarte

22 **Opinião Econômica** Marcus Eduardo

26 **Acontece nos Corecons**

29 **Novos Livros**

32 **Relação de Corecons**

OPINIÃO DO LEITOR

PAULO GALVÃO JUNIOR
JOÃO PESSOA - PB

Parabenizo o Cofecon pela revista *Economistas* e, de uma forma especial, agradeço as citações ao meu nome na página 34 da quarta edição (novembro de 2010) e na página 42 da nona edição (dezembro de 2012). Faço votos de que no ano de 2014 a revista continue enriquecendo os economistas brasileiros com artigos que possam estimular a reflexão crítica sobre a desigualdade social na sétima economia do mundo.
Em breve lançarei no site do Cofecon o meu quinto eBook de Economia intitulado: *"Por que o Brasil é muito desigual?"*, com prefácio do economista paraibano Marcos Formiga, atual diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

KEITIANE MORAIS XAVIER KRAMBECK
PALMAS - TO

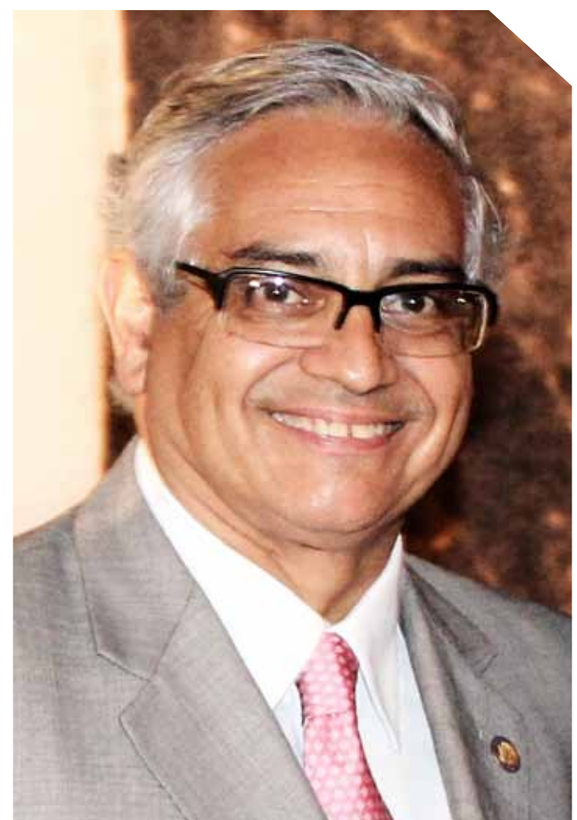
Gosto muito da Revista porque ela sempre aborda temas atuais e relevantes pra a sociedade, além de ter uma linguagem de fácil entendimento. Parabenizo, em especial, a edição nº 12, que trouxe um relato sobre os "Encontros de Entidades de Economistas" de todas as Regiões do País. Esses encontros permitem conhecer melhor as particularidades de cada região e isso é importante para garantir a riqueza dos debates, analisando as questões econômicas regionalmente.

Sua opinião pode ser publicada neste espaço. Envie um e-mail para imprensa@cofecon.org.br.

EDITORIAL

Ao apresentar a edição número 13 da revista, saudamos os economistas com uma boa notícia: o Projeto de Lei do Senado 658/07, que atualiza a nossa legislação profissional, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE). Mais um passo foi dado e agora o projeto retornará à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).
O assunto é tão importante que o presidente Ermes Tadeu Zapelini, em seu discurso de posse no início da gestão 2013, referiu-se a ele como "o que mais nos angustia". Sem dúvida, o maior ganho que este projeto pode nos proporcionar é a definição clara de quais são as atividades privativas do economista e aquelas que são facultadas (podendo ser exercidas também por outros profissionais). Esta definição torna-se essencial quando vemos não apenas o campo de trabalho do economista sendo invadido, como também o surgimento de novas profissões nos últimos anos.
Nesta edição apresentamos a participação do Cofecon em debates sobre integração e desenvolvimento regional; um debate sobre o papel central que o Produto Interno Bruto ocupa como indicador econômico; uma entrevista com o economista Rodrigo Ávila sobre auditoria da dívida pública; além das seções Acontece nos Corecons e Novos Livros, às quais o leitor já está habituado.
Para finalizar, cumprimentamos o presidente Zapelini, licenciado do cargo por motivo de saúde, desejando-lhe pronta recuperação. Desejamos também Boas Festas e um excelente ano de 2014 a todos os economistas e suas respectivas famílias.

Boa leitura!



LUIZ ALBERTO MACHADO
Presidente em exercício

ENTREVISTA

RODRIGO ÁVILA

Rodrigo Ávila, 38 anos, é economista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais e registrado no Corecon-MG. Em 2008 foi um dos auditores estrangeiros convidados a trabalhar na auditoria da dívida pública do Equador – que resultou na anulação de 65% da chamada dívida comercial.

Ávila atua na Auditoria Cidadã da Dívida, uma associação sem fins lucrativos que luta para que a dívida pública do Brasil também seja auditada. A entidade realizou em novembro, na capital federal, um seminário internacional cujo tema foi "O sistema da dívida na conjuntura nacional e internacional", evento que contou com o apoio do Cofecon. O conselheiro Roberto Piscitelli atuou como relator de uma das mesas de debates.

O seminário terminou com uma palestra do embaixador equatoriano no Brasil, Horacio Sevilla Borja. Após o evento, Ávila falou à revista *Economistas* sobre a importância da auditoria da dívida.

Revista Economistas: Por que auditar a dívida pública?

Rodrigo Ávila: Inicialmente, porque quase metade do orçamento federal é destinado à dívida pública – uma questionável dívida pública. Nós temos diversos indícios de ilegalidade nestas dívidas, inclusive apuradas por comissões do Congresso Nacional, uma CPI realizada em 1983 levantou diversos crimes relacionados à dívida. Esta dívida começou basicamente na ditadura, que era um governo ilegítimo e tomou empréstimos a juros flutuantes, ou seja, o credor poderia aumentar os juros o quanto quisesse. É uma dívida ilegítima, feita por um governo ilegítimo e a taxas de juros ilegítimas – e ilegais, segundo o direito internacional. Isso vem se arrastando até hoje, sendo refinanciado, transformado em diversos títulos de dívida aparentemente novos, mas que são apenas o refinanciamento de dívidas ilegais anteriores. E refinanciamento de dívidas ilegais também é ilegal. É fundamental fazer esta auditoria, ela está determinada na Constituição (Artigo 26 das Disposições Transitórias). A lei maior do país vem sendo descumprida há 25 anos.

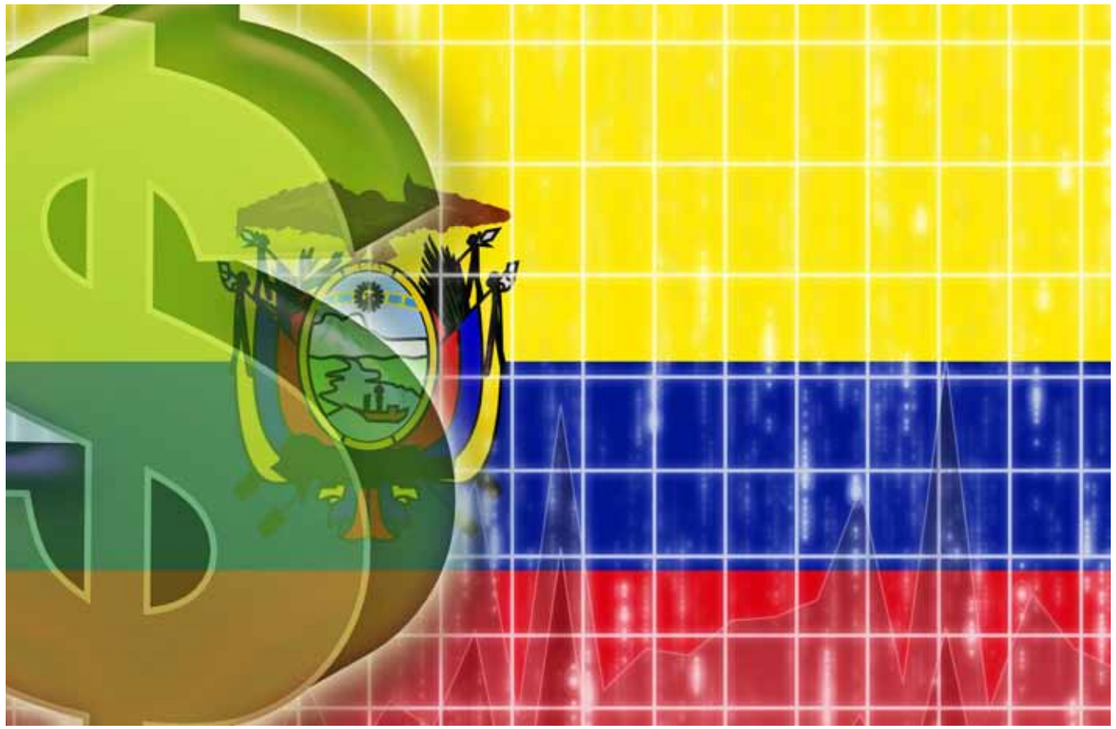
> **"A CPI DA DÍVIDA PÚBLICA REALIZADA EM 2009 E 2010, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESCOBRIU DIVERSOS INDÍCIOS DE ILEGALIDADES."**

Economistas: Que fatores tornam uma dívida ilegítima?

Ávila: Em primeiro lugar, esta dívida começou basicamente na ditadura, eram governos não eleitos, impostos pela força das armas e quem discordasse era morto ou torturado. Além disso, a dívida compreendia juros flutuantes, o que permitia que o banco internacional arbitrasse a taxa de juros que quisesse. Nós pegamos empréstimos a taxas de 5% ou 6% ao ano e estas taxas chegaram a mais de 20%. No final dos anos 70, quando já estávamos endividados, os juros se multiplicaram por cinco. Aí vem a crise da dívida externa, as décadas perdidas e hoje em dia esta dívida externa vem sendo transformada em dívida interna; nós temos tomado dívida interna para realizar pagamentos antecipados ao FMI, diversos títulos da dívida estão sendo pagos inclusive com ágio de até 70%, segundo a CPI da Dívida mostrou. Tem também um período em que há aplicação de juros sobre juros, o que é ilegal. Por exemplo, há um estoque da dívida já majorado pelos juros do ano anterior e sobre este estoque são aplicados mais juros, ou seja, é anatocismo, o que é vedado pela Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal. A dívida que nós temos hoje, que consome cerca de metade do orçamento, é eivada de ilegalidades que devem ser investigadas. Tivemos a CPI da Dívida em 2009/10 na Câmara dos Deputados que descobriu diversos indícios de ilegalidades.

Economistas: Em que área você atuou na auditoria da dívida do Equador?

Ávila: Peguei basicamente dados estatísticos do Banco Central, o montante de recursos que era tomado emprestado, os recursos que eram pagos, juros, amortizações e chegamos à conclusão de que aquela dívida não aportou recursos ao Equador. Na verdade a alta de juros, que foi unilateral da parte de todos os bancos privados internacionais, afetou também o Equador, fazendo com que a dívida externa fosse paga várias vezes. De 1976 a 2006 a dívida não aportou recursos ao Equador; em vez disso, houve uma transferência líquida de recursos para o exterior e mesmo assim a dívida se multiplicou por dezenas de vezes. A dívida era de cerca de US$ 100 milhões em 1976, o país pagou US$ 7 bilhões a mais do que recebeu de empréstimo e, em 2006, a dívida era de US$ 4 bilhões. Tudo isso por causa desta alta unilateral da taxa de juros, que foi inclusive denunciada em cadeia nacional de rádio e televisão pelo presidente do Equador. Este foi um dos argumentos importantes para conseguir depois uma redução de mais de 60% nesta dívida com os bancos privados internacionais.



Economistas: As ilegalidades encontradas na dívida do Equador são semelhantes às encontradas pela CPI da Dívida na Câmara dos Deputados?

Ávila: Sim. Por isso foi fundamental esta auditoria no Equador. A dívida com os bancos privados, em bônus e em títulos, é bastante parecida com a maior parte da dívida brasileira. Uma dívida chamada de interna, mas que na verdade qualquer investidor nacional ou estrangeiro pode vir e comprar títulos da dívida "interna", que na verdade é externa, ganham tanto rentistas estrangeiros como nacionais. E a característica desta dívida que hoje consome quase metade do orçamento brasileiro é bastante semelhante a esta parcela da dívida equatoriana. Nós conseguimos anular grande parte dela exatamente com este argumento dos juros sobre juros – e o relatório final da CPI da dívida brasileira, realizada pela própria casa, com o governo e o PSDB, admitiu que a maior parte da dívida brasileira vem de juros sobre juros. Ela não significou mais investimentos, mais gastos sociais. Foi uma dívida que se multiplicou por ela mesma, com altas taxas de juros. Não houve uma contrapartida desta dívida para a sociedade. Por isso é fundamental esta experiência do Equador: para que possamos aplicá-la ao Brasil.

Economistas: Que lições podemos tirar da experiência do Equador?

Ávila: Quando existe vontade política, é possível. O presidente equatoriano baixou um decreto em 2007, chamou a sociedade civil para auditar a dívida, o que permitiu uma riqueza muito grande nas investigações, porque não foi uma simples auditoria de números, as entidades que conhecem bem o tema puderam ajudar muito o governo equatoriano. De posse desses indícios graves de ilegalidades – e não era só um achismo, diversos documentos mostravam estas ilegalidades -, o governo ficou fortalecido e ofereceu pagar apenas 35% da dívida. Os credores que não aceitassem deveriam entrar na justiça, o governo poderia entrar contra eles e defender-se com estes documentos. Ninguém entrou na justiça, os credores aceitaram a proposta. Não existe isso de dizer que se a dívida não for paga haverá uma crise. O Equador mostrou que é possível, aumentou os gastos sociais, tem um crescimento econômico maior que o do Brasil.

> **"A DÍVIDA COM OS BANCOS PRIVADOS EQUATORIANOS É BASTANTE PARECIDA COM A DÍVIDA BRASILEIRA. POR ISSO É FUNDAMENTAL ESSA EXPERIÊNCIA DO EQUADOR, PARA QUE POSSAMOS APLICÁ-LA AO BRASIL."**

Economistas: O governo Vargas realizou uma auditoria da dívida que resultou na anulação de grande parte da dívida daquela época. Se a auditoria da dívida é um processo que trará benefícios ao país, por que não se realiza?

Ávila: Hoje nós temos uma política que infelizmente prioriza o pagamento da dívida. O governo atual, ainda na eleição de 2002, o então candidato Lula infelizmente aceitou o acordo com o FMI, que tinha como principal meta o superávit primário, que nada mais é do que privilegiar o pagamento da dívida. Outras coisas vieram, a reforma da previdência, várias reformas para viabilizar o pagamento da dívida. Esta foi a opção: não enfrentar os emprestadores, e por isso o governo é refém desse pessoal. Enquanto a Selic está abaixo de 10% eles pedem 12% e o governo é obrigado a aceitar porque precisa deste dinheiro para pagar os juros que estão vencendo. Hoje em dia o superávit primário já não é capaz de pagar a dívida. Paga apenas uma pequena parte dos juros, e o governo tem que tomar novos empréstimos para pagar os juros que estão vencendo. O governo está completamente refém dos investidores porque infelizmente esta foi a escolha política.

Economistas: Que contribuição os economistas – tanto do ponto de vista da formação profissional quanto como categoria – podem dar a esta questão da auditoria da dívida pública?

Ávila: Eu tive a honra de trabalhar com os dados econômicos da dívida do Equador, mostrando por A + B que o Equador pagou muito mais do que recebeu por causa dos juros flutuantes, pude elaborar gráficos bastante didáticos que auxiliaram muito no trabalho de convencimento do governo frente aos credores. Por isso é importante a participação do economista, para você ter políticas sociais, poder aumentar os gastos com saúde e educação. Eles aumentaram no Equador graças à auditoria, à descoberta das ilegalidades na dívida e isso passa pelo trabalho do economista. Nesse sentido, agradecemos ao Cofecon pelo apoio ao seminário.

AMERICANOS DIVIDEM NOBEL DE ECONOMIA

O Prêmio Nobel de Economia de 2013 foi dividido por três economistas norte-americanos. Eugene F. Fama e Lars Peter Hansen, ambos da Universidade de Chicago, e Robert J. Shiller, da Universidade de Yale, foram escolhidos por suas análises empíricas dos preços de ativos. Os três dividirão um prêmio de oito milhões de coroas suecas - o que, na cotação de 14 de outubro (data em que a Real Academia Sueca de Ciências realizou o anúncio), representa cerca de R$ 900 mil para cada um.

"Não há maneira de prever o preço de ações e títulos nos próximos dias ou semanas. Mas é possível antever o curso dos preços por longos períodos, como os próximos três ou cinco anos. Estas descobertas, que podem ser ao mesmo tempo surpreendentes e contraditórias, foram feitas e analisadas pelos premiados deste ano", afirmou a Real Academia Sueca de Ciências em comunicado divulgado à imprensa.

OS ECONOMISTAS CONQUISTARAM O PRÊMIO NOBEL DE ECONOMIA DE 2013 POR SEUS ESTUDOS SOBRE OS PREÇOS DE ATIVOS NO LONGO PRAZO

Em seguida, a Academia realça o legado de cada um dos ganhadores do Prêmio Nobel 2013. "Começando nos anos 1960, Eugene Fama e vários colaboradores demonstraram que estes preços eram difíceis de prever no curto prazo e que novas informações são muito rapidamente incorporadas aos preços. Estas descobertas não apenas tiveram um profundo impacto nas pesquisas subsequentes como também mudaram a prática de mercado".

O destaque seguinte do comunicado foi para os estudos de Shiller. "Se os preços são quase impossíveis de prever no curto prazo, não deveria ser mais difícil prevê-los ao longo de vários anos? A resposta é não, como Robert Shiller descobriu no início dos anos 1980. Ele verificou que os preços das ações flutuam muito mais do que os dividendos das empresas e que as taxas dos dividendos tendem a cair quando eles são altos e tendem a subir quando eles são baixos. Este padrão se mantém não só para ações, mas também para títulos e outros ativos".

O comunicado apresenta em seguida o legado de Lars Peter Hansen. "Uma abordagem interpreta estes achados em termos de resposta por parte de investidores racionais para a incerteza nos preços. Grandes retornos no futuro são vistos como compensação pela manutenção de ativos em tempos de um risco incomum. Hansen desenvolveu um método estatístico que foi particularmente adequado para testar teorias racionais de precificação de ativos. Usando este método, ele e outros pesquisadores descobriram que modificações nestas teorias precisariam percorrer um longo caminho para explicar os preços de ativos.

Por fim, o comunicado justifica a escolha dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 2013. "Os premiados estabeleceram os alicerces do entendimento atual sobre preços de ativos. Ela se baseia em parte nas flutuações durante o risco e nas atitudes de risco e em parte nas tendências comportamentais e fricções do mercado".

O PRÊMIO NOBEL

O Prêmio Nobel foi criado em 27 de novembro de 1895, no testamento de Alfred Nobel, cientista sueco que ficou muito rico com a invenção da dinamite. As áreas premiadas eram: Física, Química, Medicina ou Fisiologia, Literatura e Paz. Os prêmios começaram a ser entregues em 1901.

Em respeito ao testamento de Nobel, nenhuma outra área de atuação foi acrescentada às premiações. A exceção coube à Economia. Isso porque, em 1968, o Banco Central da Suécia, comemorando seu tricentenário, instituiu o "Prêmio Sverige Riksbank de Ciências Econômicas em memória de Alfred Nobel", patrocinado pelo próprio banco. Por esta diferença, ele não leva o nome de "Prêmio Nobel" em sua nomenclatura oficial, mas é anunciado e entregue juntamente com os outros Prêmios Nobel (embora não na mesma semana), além de ter o ganhador escolhido pela Real Academia Sueca de Ciências. O primeiro Nobel de Economia foi entregue em 1969 para o norueguês Ragnar Frisch e para o holandês Jan Tinbergen.

A maioria dos laureados com o Nobel de Economia (a Fundação Nobel evita o uso da palavra "ganhadores") são norte-americanos - alguns deles naturalizados. O premiado mais velho foi o economista Leonid Hurwicz (russo naturalizado americano), aos 90 anos, em 2007, enquanto o mais jovem foi o nova-iorquino Kenneth J. Arrow, aos 51 anos, em 1972. Apenas uma vez uma mulher ganhou o Nobel de Economia: foi Elinor Ostrom, em 2009, falecida menos de três anos depois.

Além disso, há uma tendência recente de divisão do Nobel de Economia: desde 2000, houve apenas dois prêmios individuais: Edmund Phelps, em 2006, e Paul Krugman, em 2008. Nos outros anos deste período os prêmios foram divididos entre dois ou mais ganhadores. Esta tendência fez com que, em 2013, o número de prêmios divididos superasse o de prêmios individuais: 23 a 22.

OS PREMIADOS DE 2013

Eugene F. Fama nasceu em 1939 em Boston, Massachusetts. É Ph.D. (1964) pela Universidade de Chicago, onde atua como professor de Finanças.

Lars Peter Hansen nasceu em 1952 e tornou-se Ph.D. (1978) pela Universidade de Minnesota. É professor de Economia e Estatística na Universidade de Chicago.

Robert J. Shiller nasceu em 1946 em Detroit. Tornou-se Ph.D. [1972] pelo Massachusetts Institute of Technology(MIT), em Boston. É professor de Economia na Universidade de Yale.

ACONTECE NO COFECON

PLS 658/07 APROVADO NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Entre as questões que dizem respeito ao exercício profissional do economista, a mais relevante é, sem dúvida, o Projeto de Lei do Senado 658/07. Ele trata das prerrogativas profissionais, definindo quais são as atividades privativas e as que também podem ser exercidas por outros profissionais – assunto que não é definido com clareza na legislação em vigor.

No dia 03 de dezembro a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) aprovou o parecer do relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), relativo ao PLS 658/07. Além de definir as prerrogativas profissionais, o parecer prevê também a possibilidade de certificação de profissionais para o exercício de atividades técnicas específicas, de modo a criar um credenciamento institucional. Determina ainda que todo trabalho técnico ou serviço prestado por economista fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no respectivo Conselho Regional de Economia.

"Entendo esta aprovação como um significativo avanço no que diz respeito a este projeto", comemora o conselheiro federal Paulo Dantas da Costa, coordenador da Comissão de Normas, Legislação e Fiscalização. "Mas devemos considerar que ainda há muito mais a avançar até a conclusão desta matéria".

Antes de passar pela CAE, o projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). As alterações ali aprovadas foram acolhidas no substitutivo apresentado pelo senador Claudino. O projeto seguirá para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

TRÂMITES ANTERIORES

O projeto foi apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) em novembro de 2007 e no mesmo mês foi entregue à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Durante esta etapa do trâmite, a ocorrência mais relevante foi a realização de uma audiência pública que ouviu os presidentes do Cofecon e da Ordem dos Economistas do Brasil e contou com grande presença de economistas.

Em agosto de 2008, o senador Cristovam Buarque (PDT/DF) apresentou dois requerimentos para que o projeto fosse avaliado também pela CE e pela CAE. Chegou ainda em 2008 à primeira, mas foi aprovado apenas em 2012. O parecer do senador Armando Monteiro (PTB/PE) tratou apenas das questões referentes à educação. Em maio do mesmo ano o PLS 658/07 foi enviado à CAE.

PRESIDENTE PARTICIPA DE SEMINÁRIO NA ARGENTINA

O presidente em exercício do Cofecon, Luiz Alberto Machado, participou no dia 20 de novembro do Seminário de Integração Nacional da Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (Zicosur), realizado em Buenos Aires, nas magníficas instalações do Palácio San Martín, sede do Ministério das Relações Exteriores da Argentina.

Machado participou do primeiro painel do Seminário, intitulado "Integração nos novos cenários geopolíticos: Enfoques para a integração produtiva, a nível internacional e de entidades subnacionais". Falaram também Theresa Durnbeck, secretária de Investimentos, Assuntos Internacionais e Promoção do Governo da Província do Chaco, Argentina; Mariano L. Bernardez, diretor para a Europa e América Latina do Institute for Performance & Management, de Chicago, EUA; e Oscar Stark Robledo, vice-ministro de Indústria e Comércio do Paraguai.

Depois de um rápido apanhado histórico sobre a melhora da imagem do Brasil graças ao processo de redemocratização, à abertura da economia e à conquista da estabilidade em decorrência do Plano Real, Machado destacou o papel desempenhado, no plano nacional, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pelas instituições e empresas de pesquisa de projeção internacional, como a Embrapa, e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (Apex). No plano dos Estados e municípios, este mesmo papel é desempenhado pelas Secretarias (ou Assessorias Especiais) de Relações Internacionais, pelas confederações, federações e associações empresariais e sindicais e, por fim, pelas universidades. Machado finalizou mostrando as capas da revista *The Economist*, de 2009 e de 2013, com as manchetes respectivas "Brazil takes off" e "Has Brazil blown it?" para mostrar a preocupação com que a comunidade internacional tem visto a condução recente da política econômica.

> **"O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DISCURSOU SOBRE DIVERSOS TEMAS COMO REDEMOCRATIZAÇÃO, ABERTURA DA ECONOMIA, PLANO REAL E O PAPEL DA ABC E DA APEX."**

"O seminário foi extremamente positivo, especialmente no sentido de contribuir para a divulgação de uma experiência de integração regional como é a Zicosur, e de apontar avanços e dificuldades ao seu desenvolvimento", afirmou Machado. Em sua opinião, uma afirmação do boliviano Aurelio Echazú Salmónsintetiza precisamente as exposições e os debates: "O que nos une é mais do que o que nos separa".

ZICOSUR

A Zicosur é uma instituição impulsionada por governos e empresários com o objetivo de coordenar posições de consenso e amplo apoio territorial, para integrar a zona central da América do Sul. Criada em 1997, tem como membros plenos 44 governos locais de 6 países: 10 províncias da Argentina, 8 departamentos da Bolívia, 1 Estado do Brasil (Mato Grosso do Sul), 4 regiões do Chile, 4 departamentos do Peru e todos os departamentos do Paraguai.

Desde sua criação, a instituição trabalha ativamente para obter uma inserção internacional competitiva da região, promovendo o desenvolvimento da infraestrutura para a articulação de eixos de comunicação comuns que facilitem o deslocamento de pessoas e bens, agilizem o comércio intra e extrazona e contribuam para o encontro e o reconhecimento dos povos que a integram, potencializando o desenvolvimento harmônico e sustentável.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, CONSELHEIRO DEBATE POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (Cindra), da Câmara dos Deputados, promoveu no dia 16 de outubro um simpósio sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional que está sendo elaborada pelo Executivo. O evento contou com a presença do ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira. O conselheiro federal Eduardo José Monteiro da Costa participou como palestrante.

A palestra de Costa foi uma das últimas, abordando o problema com grande riqueza de detalhes. "Crescimento do PIB e PIB elevado não querem dizer desenvolvimento. Precisamos trazer outros indicadores de ordem social", apontou o conselheiro ao iniciar sua palestra.

Entre os assuntos abordados, Costa defendeu o fortalecimento das superintendências e disse que o processo de formação de agências de desenvolvimento regional, que ocorreu no Sudeste e no Sul, não acontecerá no Norte e no Nordeste.

Outro aspecto abordado pelo conselheiro foi a necessidade de articular políticas nacionais e locais, com os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) trabalhando de forma complementar. "Neste sentido o ciclo eleitoral de dois anos é extremamente deletério, porque quando começa a haver uma boa articulação, mudam os governantes".

No que se refere ao Programa de Aceleração do Crescimento, (PAC), Costa fez uma crítica. "O PAC contém instrumentos de dinamização do território, mas que carecem de uma diretriz de desenvolvimento regional. É uma ação "NO" território e não "PARA" o território". Destacou ainda que os Estados da Amazônia têm pouca articulação comercial entre si, mas relações mais fortes com outros Estados brasileiros. Eduardo também abordou problemas como a questão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No caso do setor elétrico o imposto é cobrado no destino e não na origem. Criticou também aspectos da Lei Kandir e apontou a questão demográfica ao falar das novas usinas hidrelétricas como Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. "O PIB vai crescer, mas com desigualdades e favelização. Esses locais atraem gente com baixa empregabilidade".

Quanto à responsabilidade, o conselheiro afirmou que 99% dos debates sobre desenvolvimento regional discutem esta questão como sendo problema do governo federal. Costa destacou que os governos locais devem ter capacidade de ação.

Costa afirmou também que muitos planos de ação possuem uma lista de obras, mas não indicam de onde virá o recurso. E mesmo quando há possibilidade de captar recursos, existem problemas. "Há mais de 300 possibilidades de captação de recursos por parte dos municípios. Mas elas são acessadas por municípios do Sul e Sudeste. Por que não do Norte e Nordeste? Basicamente por três razões. A primeira é o desconhecimento. A segunda é quando há conhecimento, mas falta uma equipe técnica capacitada para elaborar um projeto. A terceira é quando há conhecimento, há capacidade técnica, mas o município não prestou contas de alguma ação anterior e está em situação de impedimento. O Pará tem 144 municípios; apenas dez realizam esta captação de recursos".

O SEMINÁRIO

O seminário realizado pela Câmara contou com a presença de cerca de 70 pessoas, entre parlamentares, jornalistas, funcionários da Câmara e demais interessados. Entre os debatedores havia representantes da Confederação Nacional do Comércio, Confederação Nacional da Indústria, Ministério da Integração Nacional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em sua fala de abertura, o deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente da Cindra, apontou três problemas na questão do desenvolvimento regional: a precariedade da infraestrutura e logística, a volatilidade da renda dos produtores rurais e a insegurança jurídica sobre as terras. "Precisamos vencer a inércia deste modelo ultrapassado e construir proposições legislativas avançadas", apontou o deputado.

O ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, realizou a primeira palestra do evento. Teixeira Iniciou sua fala mostrando um mapa no qual comparava a população e o PIB de cada uma das cinco regiões do País.

Em seguida, o ministro falou sobre concentração e desconcentração industrial, sendo que a primeira teve o seu auge entre 1968 e 1973. O período de 1973 a 1984 foi de desconcentração, processo que se interrompeu entre 1984 e 1995 e que volta a acontecer desde então. "Mas ainda temos muita concentração, com 80% da nossa atividade industrial localizada no Sudeste e Sul", apontou o ministro. Em números: o Sudeste tem 60,5%; o Sul, 19,1%; o Nordeste, 10%; o Norte, 5,9%; e o Centro-Oeste, 4,4%.

Teixeira também falou sobre a desigualdade intrarregional. "Aumentou a desigualdade industrial no Nordeste. A Bahia, por exemplo, tem quase metade do PIB industrial da região". E destacou a abertura econômica, os programas sociais e de transferência de renda e a importância dos fundos regionais.

Ao falar sobre a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o ministro citou dois pilares que falharam: o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e a Câmara de Políticas de Integração Nacional de Desenvolvimento Regional (CPINDR).

OPINIÃO ECONÔMICA

RÓRIDAN DUARTE[1]

"Nosso Produto Interno Bruto, agora, é de mais de 800 bilhões por ano. Mas nesse PIB estão contidos a poluição do ar, comerciais e publicidade de cigarro, e ambulâncias para limpar nossas carnificinas. (...) Ele inclui a destruição de sequoias e a perda da nossa maravilha natural em expansão caótica. Inclui a bomba napalm e ogivas nucleares e carros blindados da polícia para combater os tumultos em nossas cidades. Inclui rifles Whitman e facas Speck, e os programas de televisão que glorificam a violência para vender brinquedos para nossas crianças. No entanto, o produto nacional bruto não garante a saúde de nossas crianças, a qualidade da sua educação ou a alegria de seu jogo. Não inclui a beleza de nossa poesia ou a força do nosso casamento, a inteligência do nosso debate público ou a integridade dos nossos governantes. (...) Ele mede tudo, em suma, exceto aquilo que faz a vida valer a pena. E ele pode nos dizer tudo sobre a América, exceto o motivo pelo qual temos orgulho de ser americanos".

Robert Kennedy, em discurso na Universidade do Kansas, 1968

Um dos pontos focais da ciência econômica é como mensurar a riqueza gerada pelas sociedades, e como fazer disso um instrumento objetivo de política econômica, de definição de metas.

Iniciaremos com uma análise crítica sobre a medida usualmente adotada, o Produto Interno Bruto. Na sequência, trataremos de alternativas a essa medida usual e sua viabilidade prática. E, por fim, proporemos uma reflexão acerca do crescimento do PIB como fim último das medidas econômicas propostas.

1. Especialista em Finanças pela Fundação Dom Cabral e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, formado em economia pela Face/UFMG. É servidor do Banco Central, na regional de Belo Horizonte.

AFINAL DE CONTAS, O QUE É MESMO UM PAÍS RICO?!

Ganha força, nos últimos anos, um saudável debate acerca dos critérios e métodos adotados para se mensurar e para comparar riquezas, sobretudo entre nações.

Nesse sentido, o slogan do governo federal ("País rico é país sem pobreza"), mesmo involuntariamente, dialoga com essa questão. O ponto-chave é o questionamento do critério do PIB.

O livro *Reconsiderar a riqueza*, do francês Patrick Viveret, que chegou até nós em 2006, editado pela Editora da UnB, aborda com propriedade essa questão.

O autor – conselheiro do Tribunal de Contas francês, relator da missão "Novos fatores de riqueza", do governo francês, e diretor do Centro Internacional Pierre Mendes France – discorre sobre a evolução da ideia de riqueza ao longo da história humana, incluindo-se assim nos atuais debates sobre a própria crise do modelo de desenvolvimento contemporâneo.

Uma das causas dessa crise é objetiva: "a pretensa economia do bem-estar é, na realidade, uma economia do muito possuir", ou seja, ao longo do tempo confundiram-se conceitos, dando-se a entender que o bem-estar social seria decorrente (ou mesmo sinônimo) de produzir mais e possuir mais.

Na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio + 10, promovida em Johannesburgo em setembro de 2002, o então presidente francês Jacques Chirac resumiu bem a crise do modelo: "A casa está pegando fogo e nós olhamos para outro lado".

Para Viveret, a evolução (e consequentes deturpações) da função da moeda ao longo da história, "... passando de meio a fim, explica porque nossas sociedades têm tantas dificuldades para construir um desenvolvimento sustentável". Na "sociedade de mercado", aquilo que não tem preço não tem realmente valor. E daí o fetiche da mensuração de riqueza pela via do PIB.

A ideia-chave do referido autor reside na inadequação do PIB como indicador de riqueza nacional. Não existe ligação automática entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. A ditadura do PIB é ilegítima em todos os planos: moral, filosófico e até mesmo econômico. E cita exemplos: um deles é o do acidente com o petroleiro Érika, que afundou na costa francesa em dezembro de 1999 (chamado por ele de "paradoxo do Érika") e causou enorme dano ambiental e humano. Do ponto de vista do PIB, a catástrofe foi perfeitamente produtiva, porquanto os fluxos monetários de reparação, indenização e despoluição geraram valores agregados na contabilidade privada das empresas e nos gastos públicos, que foram positivamente somados, elevando o PIB e o "crescimento econômico". E assim quaisquer outros fatos negativos, como acidentes de trânsito, assassinatos com indenizações de seguro etc., são fatores que elevam o PIB. Ainda no paradoxo, voluntários que se dedicaram a despoluir as praias não ajudaram a elevar o PIB – ao contrário, ao substituírem de graça pessoal potencialmente assalariado eles contribuíram, na prática, para diminuir o PIB!

> **"A VERDADEIRA RIQUEZA DO HOMEM DEVE CONSIDERAR OS ASPECTOS ECOLÓGICOS, ÉTICOS, POLÍTICOS E ANTROPOLÓGICOS."**

A origem dessa supremacia do PIB até se justifica, quando no pós-Segunda Guerra os sistemas de contabilidades nacionais tiveram que ser estruturados a partir da lógica da necessária reconstrução, produção, geração de riquezas materiais. Hoje, não alcança mais a necessidade do ser humano em medir seu bem-estar, sem refletir aspectos ecológicos, éticos, políticos e antropológicos.

Os principais polos de desenvolvimento social repousam na saúde e na educação, que são intensos em mão de obra, tornando contraproducente o conceito de produtividade assumido pelas contabilidades, ou seja, políticas preventivas teriam o paradoxal efeito de reduzir o crescimento, pois, por exemplo, ao evitarem a ida de pessoas à medicina curativa (cirurgias, medicamentos etc.), muito mais cara, estaria somando menos valor ao PIB, como ele é hoje calculado.

Viveret expõe algumas experiências de indicadores alternativos ao PIB, entre eles o IDH, utilizado pelo PNUD a partir dos trabalhos de Amartya Sen, levando em conta renda, educação e expectativa de vida; o indicador de saúde social, desenvolvido em 1987 por pesquisadores norte-americanos, a partir da ideia não do ter, mas do bem-estar (esse indicador, calculado para os EUA desde 1959, avança até 1970 de forma paralela ao PIB, mas com as grandes políticas de desregulamentação ligadas à revolução conservadora anglo-saxônica, os indicadores se desvinculam, com a elevação do PIB sendo acompanhada por queda considerável do indicador de saúde social); outro indicador em evolução é o balanço social, ferramenta cada vez mais utilizada pelas empresas para medir a qualidade de seus serviços e de sua produção, do ponto de vista ambiental e social[1].

Um cálculo provocador feito pelo PNUD é o que compara os investimentos mundiais necessários para tratar os males inaceitáveis da humanidade (fome, falta de acesso à água potável, epidemias curáveis etc.) *versus* os gastos anuais com a publicidade mundial. Para combater a indignidade humana, seriam necessários cerca de US$ 50 bilhões anuais, dez vezes menos que os gastos com publicidade! Outras comparações, ao longo do livro, revelam esse quadro de desigualdade mundial: as 225 maiores fortunas do mundo equivalem à renda anual dos 47% mais pobres da população mundial (um trilhão de dólares!!!) e, pior, as três pessoas mais ricas do mundo têm uma fortuna superior ao PIB somado dos 48 países mais pobres. A conclusão, quase óbvia: a escassez de moeda não está, em absoluto, na origem das principais manifestações do mau desenvolvimento mundial, e sim sua utilização. Ou seja, não estamos diante de um problema de meios, mas de vontade política, social. A falta de moeda gera a miséria física, mas seu excesso, hoje, gera a miséria moral.

Citando Gandhi: "Existem recursos suficientes neste planeta para atender às necessidades de todos, mas não o bastante para satisfazer o desejo de posse de cada um". Necessidades x desejos...

1. Desenvolvido e adaptado à realidade brasileira por Betinho de Souza e seu IBASE

FELICIDADE E ECONOMIA – ALGO A VER?!

Prosseguindo na reflexão, de modo a buscar alternativas práticas, passando a uma atitude propositiva, abordemos uma das alternativas que vêm sendo apresentadas: o conceito de Felicidade Nacional Bruta (FNB), GNH na sigla em inglês.

Um dos grandes defensores do novo conceito – e com autoridade para propor sua adoção – é o economista Jeffrey Sachs, especialista em desenvolvimento, políticas de redução da pobreza e, atualmente, conselheiro da ONU. Um de seus grandes trabalhos é o livro *O Fim da Pobreza*, de 2005, que interage com um dos projetos que ajudou a desenvolver nas Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

> **"PARA COMBATER A INDIGNIDADE HUMANA, SERIAM NECESSÁRIOS CERCA DE US$ 50 BILHÕES ANUAIS, DEZ VEZES MENOS QUE OS GASTOS COM PUBLICIDADE."**

O cerne da distinção entre os conceitos de PIB e FNB está na diferença de ênfase dada ao crescimento econômico, no primeiro caso, e ao desenvolvimento, no segundo – aí incluídos o desenvolvimento econômico, social, ambiental, humano, tecnológico etc.

Em outras palavras, trata-se de mobilizar um país para que se questione: qual o verdadeiro objetivo de nosso desenvolvimento? Mais dinheiro, mais produção, mais "valor agregado", quaisquer que sejam os efeitos colaterais na busca daqueles objetivos? Ou, de forma mais simples e objetiva, o bem-estar do ser humano e, assim, sua felicidade?

Não se trata apenas de trocar uma "técnica" de mensuração por outra; a questão vai muito além. Essa pretendida mudança – ainda quimérica – levaria a uma radical transformação de como se organizam os governos, de como se estabelecem metas nacionais e como se estruturam políticas públicas.

Se uma sociedade passa a adotar a FNB, dentro de suas metas certamente estariam metas parciais referentes a, por exemplo, redução da mortalidade infantil, elevação da escolaridade, redução do desmatamento, aumento da proporção de combustíveis limpos na matriz energética nacional, crescimento do número de patentes científico-tecnológicas etc.

Essas metas substituiriam a simples – e tão caótica – busca de crescer a 5% ao ano o Produto, por exemplo. E redirecionariam boa parte do orçamento público; e conformariam uma nova política tributária, que daria incentivos não aos setores que podem produzir e vender mais, mas uma política articulada com os objetivos mais amplos da FNB, estimulando setores que contribuiriam para o alcance daquelas outras metas citadas.

A tarefa não é fácil! Tanto pela dificuldade de substituir um sistema já implantado em todo o mundo há quase sete décadas – e não há necessidade de se abandonar o cálculo do PIB – quanto pela hercúlea tarefa de se criar um sistema unificado, objetivo, replicável em todas as nações, sejam ricas ou pobres, para o cálculo da FNB.

Um bom começo seria a aprovação do conceito e da ideia em fóruns internacionais e a demanda à ONU de desenvolvê-lo, com a tarefa de torná-lo concreto, objetivo, mensurável. Uma comissão de alto nível, com especialistas de diversas áreas, seria designada pelas Nações Unidas para trabalhar a questão e paulatinamente implantar a FNB nos países que se candidatassem.

A revisão do PIB como indicador já estava em pauta desde a Rio-92. À época, propostas surgiram, mas poucas foram desenvolvidas e testadas na prática, e quase nenhuma adotada internacionalmente.

Temos atualmente apenas um singelo exemplo, no mundo, de país que adote a FNB: o Reino do Butão, na Ásia (**www.grossnationalhappiness.com**). Sua apresentação: "A essência da filosofia da Felicidade Nacional Bruta é a paz e a felicidade de nosso povo e a segurança e sustentabilidade da nação". Para Sachs, "é extraordinário que um país tenha parado e dito: vamos pensar no real objetivo do nosso desenvolvimento; não é dinheiro, é o bem-estar do ser humano, vamos pensar em como maximizar a Felicidade Nacional Bruta".

Outra medida alternativa que ganha força, por ser uma medida de desenvolvimento sustentável e por já ser adotada pela ONU, é o Índice de Riqueza Inclusiva (IRI), que seria um meio termo entre o PIB e a FIB, e já calculado para vinte países, entre eles o Brasil.

Nesse conceito, Desenvolvimento Sustentável é o ritmo de crescimento do índice de riqueza inclusiva. Ou seja, se o IRI mensura situações positivas para a nação e seu povo, aí sim, quanto maior seu ritmo de crescimento, melhor; e mais sustentável é o desenvolvimento daquele país. Em outras palavras, o IRI permite uma análise de "fluxo", e não apenas de "estoque".

Sua metodologia combina a mensuração dos capitais produtivo, humano e natural/ambiental. O primeiro equivale ao PIB; o segundo considera dados de saúde, educação, emprego; e o último avalia os recursos energéticos, agrícolas, florestais, minerais, aquícolas etc.

O último resultado do IRI colocou a China em primeiro lugar, seguida por Alemanha e França. O Brasil é o 5º colocado, melhor, portanto, que no critério isolado do PIB, em que é o 6º.

Enfim, já existe a crítica e já surgem alternativas. Não se trata apenas de modismos ou discussões de novos conceitos. Essa discussão poderá afetar fortemente a forma como as sociedades encaram seu destino, como enxergam o que já fizeram, como os governos se estruturam e em função de quê, quais metas perseguem, como devem ser avaliados, e assim por diante.

Após os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em 2015, serão implementados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O próximo passo é estabelecer esses objetivos. Na opinião de Sachs, eles deveriam se apoiar em quatro pilares: 1) concluir a erradicação da pobreza extrema; 2) sustentabilidade ambiental (energia de baixo carbono, segurança alimentar e urbanização); 3) inclusão e igualdade social (envolvendo parâmetros regionais, de gênero, de pobreza e de minorias); 4) boa governança.

Para ele, os Objetivos são importantes na medida em que complementam os tratados internacionais. Os tratados, em sua opinião, "são para os advogados", e os Objetivos são para a sociedade... O que importa é o estabelecimento de objetivos de fácil entendimento por todos. Por todos os que devem buscar alcançá-los e, sobretudo, cobrar seu alcance!

CRESCIMENTO DO PIB – SÓ ASSIM SOU DESENVOLVIDO?!

É comum a confusão entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, sendo muitas vezes tratados como sinônimos, no âmbito econômico. Tão equivocado quanto isso é o estabelecimento de relações de causa-efeito entre aquelas variáveis.

> **"A DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ESTÁ REBAIXADA À QUESTÃO DO CRESCIMENTO, TANTO QUANTO A QUESTÃO DEMOCRÁTICA LIMITA-SE AOS PROCEDIMENTOS ELEITORAIS."**

Há que se denunciar a obsessiva e reducionista visão que tem prevalecido, na mídia, na academia, na opinião pública, segundo a qual a lógica da economia – e, pior, a meta de governos e sociedades – é buscar o crescimento a todo custo. Vive-se quase uma paranoia social de que a felicidade humana será alcançada com robustas taxas de crescimento do produto. Governos são julgados pelos números de crescimento do PIB, numa cruel e desfocada "olimpíada" entre nações, entre governos, entre partidos...

Perdeu-se a perspectiva do desenvolvimento como meta fim da sociedade (para não dizer que é a felicidade), tendo-se o crescimento como apenas um dos objetivos mediatos. Crescimento econômico foca o aspecto quantitativo, e possui claros limites; desenvolvimento associa-se à qualidade, foca as pessoas e ilimitadas possibilidades. Hoje, a dimensão do desenvolvimento está rebaixada à questão do crescimento, tanto quanto – por analogia - a questão democrática limita-se aos procedimentos eleitorais.

Exemplos históricos não faltam. Taxas elevadas de crescimento não garantem desenvolvimento, na medida em que o padrão em que este se sustente seja excludente, concentrador de renda e riqueza.

Pode haver padrões de crescimento econômico mais modestos, mas que, combinados com políticas públicas adequadas, e com uma saudável relação entre Estado e setor privado, proporcionem melhores resultados de desenvolvimento, com distribuição de renda, redução das desigualdades, fortalecimento da massa salarial, ganhos de produtividade, estabilidade do poder de compra da moeda, sistema financeiro sólido e voltado ao financiamento produtivo, estímulos ao investimento associados ao crescimento sustentável do mercado consumidor interno, desenvolvimento ambiental etc.

Não adianta uma sociedade produzir mais e mais bens e serviços se não souber distribuí-los de forma equitativa entre seus membros; é preferível uma economia que se adapte a taxas sustentáveis de crescimento (inclusive ambientalmente), mas que fortaleça instituições e políticas públicas que tornem mais igualitário o acesso a esses bens e riquezas.

Ademais, conjunturas de baixo crescimento muitas vezes decorrem do fato de vivermos numa sociedade atrelada ao dinamismo econômico externo, sujeita às crises mundiais. Mesmo nesses contextos, não se pode perder de vista a possibilidade de avanços no desenvolvimento nacional, na medida em que políticas públicas sejam implementadas e permitam, senão evitar, ao menos mitigar efeitos do baixo crescimento interno decorrentes das crises externas.

Concluindo, nem todo padrão de crescimento conduz necessariamente ao desenvolvimento. Há que se ter um projeto mais amplo de desenvolvimento – e aí economistas e a Ciência Econômica cumprem papel fundamental –, no qual o crescimento seja apenas uma das possíveis variáveis da equação.

OPINIÃO ECONÔMICA

MARCUS EDUARDO DE OLIVEIRA[1]

PIB: UMA INSENSATEZ

O Produto Interno Bruto (PIB) talvez seja a sigla do jargão econômico mais conhecida pela maioria das pessoas, mesmo aquelas menos familiarizadas com a leitura econômica. Essa sigla logo é associada a uma rápida resposta sobre o significado dessas três letras; contudo, nem sempre o conceito correto é conhecido.

Apesar de ser uma sigla bem conhecida, já tradicional, a mesma também é um indicador absurdo, repleto de insensatez, pois soma o que é bom com o que é ruim e não se subtrai nada.

O PIB não presta a atenção em muitas coisas, incluindo os custos ambientais da poluição ou a depleção dos recursos naturais (capital natural e serviços ecossistêmicos). Logo, não há nenhum exagero em dizer que o PIB é ecologicamente analfabeto.

Entre tantas outras falhas gritantes no PIB está o fato de não responder de maneira apropriada a mudanças na base de ativos financeiros. O investimento em capital fixo bruto é mensurado, mas a depreciação dos estoques de capital não é incluída na conta macroeconômica.

O absurdo desse indicador é tão grande que até mesmo "piadas" são feitas em torno dessa questão. José Eli da Veiga (FEA-USP) tem uma boa e hilariante definição para PIB: Piada Infame e Banal.

Mas, afinal, por que essa celeuma em relação ao PIB? Quais são as mais gritantes falhas verificadas naquilo que o PIB costumeiramente mensura em relação à atividade econômica?

1. Economista e professor do Unifieo e da Fac-Fito (São Paulo). Mestre em Integração da América Latina (USP). Colunista do Cofecon. prof.marcuseduardo@bol.com.br

Primeiramente, é forçoso afirmar que para a composição e valoração do PIB, até mesmo uma epidemia, acidentes de automóvel, crimes, muitas mortes, poluição dos rios, cirurgias contra a obesidade e outras mais, enfim, todas essas sandices acabam sendo "importantes", pois, tudo isso, sem exceção, contribui para aumentar o PIB.

Ora, se a economia tem como intenção prioritária promover qualidade de vida às pessoas, todos esses acontecimentos contradizem a lógica (e o bom senso) econômica, ou não?

Não há dúvidas que ao "valorizar" e contabilizar essas sandices, aumentando assim o PIB, esse critério só pode ser considerado anacrônico, torpe e estúpido.

Na "contabilização" do PIB pouco importa se os indivíduos estão tendo ou não alguma qualidade de vida. O que "importa", ao PIB, é mostrar (medir) algum grau de "crescimento da economia", ainda que para isso sejam contabilizados, por exemplo, epidemias e acidentes automobilísticos seguidos de mortes, pois isso leva a buscas cada vez maiores por serviços médicos, farmacêuticos, hospitalares, funerários etc, promovendo gastos nesses segmentos, aumentando assim o produto da economia.

Somando-se toda essa movimentação econômica, o PIB responde afirmativamente numa onda crescente sem igual. Percebe-se assim que ao aumentar as vendas de ataúdes, o PIB subirá. As mortes, nesse caso, ajudam muito a atividade econômica.

Definitivamente, ao se considerar isso como um fato "bom" para a economia, é a estupidez "pibiniana" se fazendo presente.

CRIANÇAS E BEZERROS

O pior é que essa estupidez não para por aí. Outro exemplo dessa idiotice técnica em torno do PIB, que aqui insistiremos em denominar "estupidez pibiniana", é encontrado no fato de relacionar-se o nascimento de uma criança com o de um bezerro.

Dentro dessa "lógica" insensata em torno do PIB, Cristovam Buarque, com bastante propriedade, acentua ácida crítica sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

Em *Da Ética à Ética*, diz que o nascimento de cada criança é considerado negativo, porque reduz a renda *per capita*, enquanto um novo bezerro representa um aumento no produto nacional, portanto, algo positivo.

Dessa forma, a economia só faz legitimar o absurdo: a gravidez aparece negativamente a cada ano (a medição do produto é limitada entre o primeiro dia de janeiro e o dia 31 de dezembro) contabilizada no PIB como redução da produtividade, enquanto a gestação das vacas reflete-se positivamente como aumento do produto econômico.

O curioso e estupefático, nesse caso, é que esse tipo de coisa ainda é, de certo modo, aceito por muitos economistas e, não obstante, é acatado (e ensinado) pelo pensamento econômico tradicional.

Vejamos o caso da poluição de rios e lagos. Ao se poluir um rio ocorre, no linguajar dos economistas, uma externalidade negativa. Acontece que essa mesma poluição fará com que o PIB suba, uma vez que o governo, caso seja pressionado pela população, precisará contratar empresas para a limpeza (desassoreamento) desse rio. Simplesmente por contratar e pagar por esses serviços de "purificação" dos rios, o PIB subirá.

Diante disso, estamos num ambiente econômico de total *nonsense*. Para a economia tradicional que "abriga" o PIB sob essa ideia, caberia então cada vez mais poluirmos rios e lagos, pois, assim, o governo contratará mais empresas para a limpeza, fazendo o emprego surgir e o PIB, claro, crescer. É fácil perceber o quão absurdo isso representa!

TERREMOTO: OUTRO EXEMPLO DE ESTUPIDEZ "PIBINIANA"

Um terremoto, por exemplo, é substancialmente positivo para o PIB. A reconstrução da região afetada pelo tremor de terra vai movimentar a economia, gerar emprego e renda, irá dinamizar um movimento ascendente no sistema econômico. Logo, isso tudo fará o PIB crescer.

Pela economia tradicional, parece então que devemos torcer para que haja muitos terremotos, de preferência de Escala Richter magnitude 9, pois assim o "estrago" será maior e, por consequência, a reconstrução das áreas atingidas exigirá muitos investimentos. Será que há absurdo maior que esse?

Uma mineradora também pode contribuir para o crescimento do PIB extraindo seu minério, não importa se deixando ou não rastro de poluição, condenando para sempre uma região ou pessoas que vivem ao redor dessa extração.

Os acidentes automobilísticos também "provocam" o crescimento do PIB, uma vez que movimentam velozmente (com o perdão do trocadilho) o consumo de serviços mecânicos, médicos, funerários e outros.

Assim também ocorre no caso de uma epidemia qualquer, pois muita gente poderá morrer e, antes de partir para o Além, certamente contribuirá, direta e indiretamente, para a economia gastando seus salários (e, principalmente, os dos parentes mais próximos) em farmácias e hospitais.

A OBESIDADE INFANTIL

E o que dizer da obesidade infantil? Ladislau Dowbor em *Democracia Econômica* nos apresenta dois outros exemplos dessa "estupidez pibiniana".

Ao comentar sobre o bom trabalho desenvolvido pela Pastoral da Criança em mais de 3.500 municípios, reduzindo em mais de 50% as taxas de mortalidade infantil nos lugares onde atua, Dowbor aponta que para o PIB isso é catastrófico, pois a baixa mortalidade infantil, em razão dos bons trabalhos da Pastoral, faz o PIB despencar.

Percebe-se que aqui a situação, agora, se apresenta em sentido contrário, mas nem por isso deixa de ser estúpida.

Outro exemplo apresentado por Dowbor vem do bombardeamento da publicidade, em especial sobre o público infantil. Em geral, a propaganda induz as crianças a comerem o hambúrguer da rede McDonald's e a tomar muita Coca-Cola.

Pois bem. Tempos depois, os níveis de obesidade desse público infanto-juvenil estarão elevados. O que fazer diante disso? Recorre-se às práticas cirúrgicas de redução de estômago. Qual o "resultado" econômico? Ah, sim, fará com que o PIB cresça sensivelmente.

ÍNDICE MACHISTA

Além de todos esses exemplos estúpidos, o PIB é também um índice machista, pois não considera a parcela de 80% das mulheres do mundo que trabalham em suas casas. A impressão que se tem é que o lar não pode ser visto como uma unidade produtiva.

Há um fato curioso nessa história. Quando o patrão paga a doméstica (ou a diarista), pelos serviços de passar roupas, cozinhar, lavar e, enfim, manter em ordem o ambiente doméstico, esse dispêndio (salário mensal ou diária) faz o PIB aumentar, pois, na ponta, movimenta a economia com mais consumo.

No entanto, quando o "destino" resolve favorecer a doméstica, fazendo dela esposa do antigo patrão, esses mesmos serviços domésticos tendem a continuar, mas, agora, por não mais ocorrerem pagamentos (mensais ou diários) pelos serviços domésticos (que continuam os mesmos), a economia simplesmente ignora (não mais contabiliza) esses acontecimentos.

Portanto, se alguma doméstica está prestes a se tornar esposa de seu antigo patrão, por conseguinte, dona do lar, que trate logo de "contratar" uma nova doméstica (reposição de mão de obra); caso contrário, ela não irá contribuir para o aumento do PIB.

O PIB ainda estabelece como nulo o valor de bens ecológicos vitais, como ar limpo, água e biodiversidade; ou o de seres humanos saudáveis; ou ainda o trabalho não remunerado (educação das crianças, manutenção do lar, cuidados com doentes e idosos, serviço voluntário etc).

Com todos esses exemplos, é possível perceber que o PIB não reflete o desenvolvimento de uma sociedade, e muito menos mede a riqueza de um país, como talvez alguns entendam.

O QUE IMPORTA É QUE O POVO VÁ BEM, E NÃO O PIB

Uma expressão proferida, anos atrás, pelo Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, é muito oportuna: "o que importa é que o povo vá bem, e não o PIB".

Afinal, a economia trata do que mesmo? Trata da vida dos indivíduos e, acima de tudo, do bem-estar comum.

Ademais, cabe também à economia fazer esse planeta funcionar e, preferencialmente, funcionar de forma correta e sensata.

Felizmente, como nem tudo é insensato no ambiente econômico, algumas boas e oportunas "informações conceituais" vêm ganhando relevância, visando mudar essa história em torno da estupidez que "consagra" o PIB, espécie de "vaca sagrada" para os economistas, nos dizeres do insigne Celso Furtado.

Uma dessas mudanças bem-vindas está no conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) e no índice de Calvert-Henderson.

FELICIDADE INTERNA BRUTA E O ÍNDICE DE QUALIDADE DE VIDA

Alguns economistas ensejam adotar novos critérios para medir a real evolução de uma economia. Um desses novos critérios que está ganhando adeptos é o de Felicidade Interna Bruta (FIB), uma maneira diferenciada de avaliar o grau de felicidade de uma nação.

O conceito de FIB nasceu em 1972, no Butão, pequeno país da Ásia, entre a Índia e o Tibete, com seus pouco mais de 2 milhões de habitantes, quando o rei Jigme S. Wangchuck questionou se o PIB seria o melhor índice para designar o desenvolvimento de uma nação.

Desde então, o reino do Butão começou a praticar esse conceito e atrair a atenção do resto do mundo com a sua nova fórmula para o cálculo de riqueza de um país, que considera outros aspectos além do desenvolvimento econômico.

Por meio dos quatro pilares da FIB (economia, cultura, meio ambiente e boa governança), esse indicador faz derivar nove domínios de onde são extraídos indicadores para que a "felicidade" de uma nação seja avaliada. São eles: bem-estar psicológico; meio ambiente; saúde; educação; cultura; padrão de vida; uso do tempo; vitalidade comunitária e boa governança.

Outra interessante metodologia para se estimar a qualidade de vida vem do Índice de Qualidade de Vida Calvert-Henderson com 12 indicadores interessantes, considerando tendências e resultados econômicos, ambientais e sociais por meio de uma abordagem sistêmica.

Esses 12 indicadores são: educação; emprego; energia; ambiente; saúde; direitos humanos; renda; infraestrutura; segurança nacional; segurança pública; lazer e habitação.

Cada uma dessas áreas específicas é desdobrada em indicadores mais pontuais que, no conjunto, conseguem cobrir o universo de informações necessárias para desenvolver uma nova forma de concepção sobre qualidade de vida, com uma profundidade que, por meio dos indicadores clássicos, seria inviável.

Como visto, parece que a insensatez que ronda o tradicional PIB está com seus dias contados. A ciência econômica, o quanto antes, em nome do bom senso, agradece essa mudança.

ACONTECE NOS CORECONS

ECONOMISTAS SOLIDÁRIOS

Uma iniciativa do Corecon-AM está gerando boa repercussão na imprensa local: trata-se do grupo "Economistas Solidários", que pretende utilizar a boa técnica econômica para beneficiar grupos comunitários de geração de renda. A ideia já foi tema de matérias e notas em alguns jornais e sites amazonenses. O projeto é coordenado pelos economistas Denise Kassama e Ricardo Maia.

"A iniciativa é antiga e vem de cinco ou seis anos atrás, quando fui vice-presidente do Corecon-AM", conta Denise. "Na ocasião, fizemos um projeto-piloto de geração de renda numa comunidade específica. Mas depois a ideia ficou engavetada".

Dois acontecimentos paralelos fizeram com que esta iniciativa fosse reativada. Uma delas foi uma palestra sobre economia doméstica, ministrada para os trabalhadores da indústria alimentícia e realizada por Denise e um ex-aluno seu, o também economista Ricardo Maia.

"Muita gente nos procurou pedindo que realizássemos a mesma palestra em suas comunidades. E, paralelamente, fui procurada por uma associação de catadores pedindo ajuda. Então perguntei ao Ricardo: por que não fazer isso de forma organizada e com o apoio do Corecon-AM?", explica Denise. Maia aceitou o desafio. "Se não fosse por ele, esta ideia continuaria sendo apenas uma ideia".

O presidente do Corecon-AM, Marcus Evangelista, imediatamente entusiasmou-se com o projeto e convida outros profissionais a tomarem parte – até porque já existe demanda. O grupo Economistas Solidários funcionará dentro das dependências do Corecon-AM, embora também deva atuar de forma itinerante.

Que atividades serão desenvolvidas pelos Economistas Solidários? "Grupos comunitários de geração de renda normalmente têm experiência na produção, não na organização. Por isso, estão fadados ao fracasso.", explica Denise. "É aí que nós entramos, ajudando na organização, dando consultoria e treinamento para fortalecer o projeto. Nós não vamos criar nada novo, vamos fortalecer o que já existe".

A economista colocou um exemplo prático: "Nossa primeira demanda é uma associação de catadores. Eles são bons em catar material para reciclagem, mas não têm ideia se a proposta deles está dando lucro ou não, muito menos se os recursos estão sendo bem gerenciados ou quando devem investir em equipamentos. É dessa constatação da realidade deles que formataremos um plano de ação para dar consistência econômica ao projeto deles".

Perguntamos a Denise o que pode acontecer se a demanda superar as expectativas do Corecon e a economista apontou a ampliação da rede de parceiros. "Por exemplo, o Sebrae pode entrar com treinamentos específicos", afirmou.

Os economistas interessados em aderir ao projeto podem procurar o Corecon-AM (Rua Leonardo Malcher, 768, Manaus – (92) 3234-2421). "Esta é uma proposta simples e interessante para ser replicada. Entendo que é uma forma de o economista dedicar um pouco de seu tempo a uma causa social. Se todos nós damos orientações a grandes empresas e clientes, por que não dedicar uma parte deste tempo sem esperar retorno financeiro?", finaliza Denise.

CORECONS ELEGEM NOVOS CONSELHEIROS

CORECON-RJ

Efetivos: Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues e João Paulo de Almeida Magalhães.
Suplentes: Andrea Bastos da Silva Guimarães, Marcelo Pereira Fernandes e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

CORECON-SP

Efetivos: Heron Carlos Esvael do Carmo, Arthur Barrionuevo Filho, Wilson Roberto Villas Boas Antunes e Modesto Stama.
Suplentes: Gil Marcos Clarindo dos Santos, Paulo Joel Bruno, José Euzébio Cruz e Ricardo Tadeu Martins.

CORECON-PE

Efetivos: Fábio José Ferreira da Silva, Paulo Roberto de Magalhães Guedes e Osangela Oliveira Silva de Sena.
Suplentes: Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávio Henrique Pinto do Nascimento e Tiago Barbosa Diniz.

CORECON-RS

Efetivos: Eduardo Mendonça de Lima, Fernando Ferrari Filho e Simone Magalhães.
Suplentes: Antonio Newton da Luz, Alfredo Meneghetti Neto e Rogério Vianna Tolfo.

CORECON-BA

Efetivos: Arthur Nemrod Menezes Guimarães, Lívio Andrade Wanderlei e Vitor César Ribeiro Lopes
Suplentes: Gildásio Santana Júnior, Henrique César da Silva Gomez e Douglas Queiroz Lessa.

CORECON-PR

Efetivos: Antonio Agenor Denardi, Carlos Magno Andrioli Bittencourt, Eduardo Moreira Garcia e Sérgio Guimarães Hardy.
Suplentes: Eduardo André Cosentino, Lucas Lautert Dezordi, Paulo Rogério Alves Brene e Takenori Ota.

CORECON-SC

Efetivos: Paulo Roberto de Jesus, Marly Célia Souza de Carvalho e Horst Schroeder.
Suplentes: Hercules Renato Grigolo, Francisco Melo de Aquino e Alexandre Antônio Benedetto Flores.

CORECON-CE

Efetivos: Lourdes Irene Claudino Sales, Edilson Azim Sarriune e Almir Bittencourt da Silva.
Suplentes: Heloísa de Aquino Câmara, Kamille Leão de Sousa e Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior.

CORECON-MG

Efetivos: Pedro Paulo Moreira Pettersen, Silvania Maria Carvalho Araújo e Lourival Batista de Oliveira Júnior.
Suplentes: Luiz Cláudio Portela, Daniela Almeida Raposo Torres e Moisés Machado.

CORECON-DF

Efetivos: Carlito Roberto Zanetti, Bento de Matos Félix, Jucemar José Imperatori e César Augusto Moreira Bergo.
Suplentes: Gilson Duarte Ferreira dos Santos, José Roberto Novaes de Almeida, José Eustáquio Moreira de Carvalho e Geovana Lorena Bertussi.

CORECON-AL

Efetivos: Laurentino Rocha da Veiga, Luiz de Cerqueira Cotrim Filho e José Alex Tenório da Costa.
Suplentes: Hernani Magalhães O. do Carmo, Carlos Augusto Carvalho e José Ulisses Avila Pereira.

CORECON-AM

Efetivos: Marcus Anselmo da Cunha Evangelista, Francisco de Assis Mourão Junior e Marcello Daniel Laredo.
Suplentes: José Guilherme Fonseca de Azevedo, Neuler André Soares de Almeida e Caroline Vasconcelos Gonçalves.

CORECON-MT

Efetivos: Márcia Olentina Borges, Veneranda Acosta e Rosbeck Bucair.
Suplentes: Adão Barbosa Garcia, Giancarlo de Lara Ferre e Marcus Tertuliano de França.

CORECON-MA

Efetivos: Felipe Macedo de Holanda, Clodomir Cunha Ladeira e Valmir Vasconcelos Seguins Araújo.
Suplentes: Dionatan Silva Carvalho, Frednan Bezerra do Santos e Luselias Soares Sales Lopes.

CORECON-SE

Efetivos: Acácia Maria Santos da Mota, Eduardo Alves Bastos e Maria Auxiliadora S. Feitosa.
Suplentes: Evandson Willyam Batista de Moura, Júlio César Pereira Batista e Higino Apolônio Carvalho.

CORECON-ES

Efetivos: Alexandre Ottoni Teatini Salles, Gilson Domingues Cardoso e Thiago de Faria Dias.
Suplentes: Ricardo da Silveira Paixão, Erika de Andrade Silva Leal e Juliano Cesar Gomes.

CORECON-GO

Efetivos: Edilson Gonçalves de Aguiais, Joaquim da Cunha Bastos Júnior e Mônica de Souza.
Suplentes: Adriano de Carvalho Paranaíba, Danilo Orsida Pereira de Souza e Régina das Graças Moreira Borges.

CORECON-RN

Efetivos: Leovigildo Cavalcanti de A. Neto, Pedro Segundo de Mendonça e Raimundo Inácio da Silva Filho.
Suplentes: Fabíola Andréa Leite de Paula, Marinete Dantas e Maria Aparecida Rocha J. de Farias.

CORECON-MS

Efetivos: Thales de Souza Campos, Enrique Duarte Romero e José Áureo Mendes Torres.
Suplentes: Alexandre de Souza Corrêa, Nilton Pires dos Santos e Volmir Meneguzzo.

CORECON-PB

Efetivos: Arlindo Pereira de Almeida, Manoel de Deus Alves e Martinho Leal Campos.
Suplentes: Zélia Maria de Almeida, Guilherme José dos Santos e Sandra Maijane Soares de Belchiôr.

CORECON-PI

Efetivos: Pedro Andrade de Oliveira, Stefano Almeida Lopes e Valmir Martins Falcão Sobrinho.
Suplentes: Edson Chaves Ferreira, Epifânia Rodrigues dos Santos e Manoel Eduardo Boavista de Morais Araújo.

CORECON-AC

Efetivos: Alessandro Callil de Castro, Marcos Maurício Cordeiro Lopes e Alisson Matos Mourão.
Suplentes: Jesse Azevedo Drumond, José Vângelo Magalhães de Sousa e Gerson Euclides Aguirre de Souza.

CORECON-RO

Efetivos: Liduino Cunha, Paulo Cesar Barbosa e Maria do Socorro Silva Chiecco.
Suplentes: Avenilson Gomes da Trindade, Manuel Antonio Valdés Borrero e Márcia dos Santos Costa.

CORECON-TO

Efetivos: Maria do Socorro Erculano de Lima, Ederli Batista de Paulo e Ana Peres de Souza.
Suplentes: Higor Sousa Franco, Antônio Alves Gomes e Marcos Antonio Dozza.

CORECON-AP

Efetivos: Nally Colares Távora, Tania Muricy Nascimento e Antonio Pinheiro Teles Junior.
Suplentes: Sadami Yoshida, Marcia Marquez Martins Lins e Michele Cristiano Coutinho da Silva.

CORECON-RR

Efetivos: Fábio Rodrigues Martinez, Florêncio Costa de Melo e Anselmo Menezes Gonçalves.
Suplentes: Enoque Rosas, Milton Antonio do Nascimento e Natalino Araujo Paiva.

NOVOS LIVROS

AS LEIS SECRETAS DA ECONOMIA

REVISITANDO ROBERTO CAMPOS E AS LEIS DO KAFKA

Autor: Gustavo Franco
Editora Zahar, 2012, 216 p.

O economista Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e professor do departamento de economia da PUC-RJ desde 1986, em seu livro recente, *As Leis Secretas da Economia*, buscou a resposta à questão: é verdade que a economia brasileira não obedece a nenhuma das leis econômicas conhecidas? O autor baseou-se na literatura de Roberto Campos e Alexandre Kafka, em que desenvolveram as 11 leis da economia. Campos e Kafka afirmavam que o Brasil funciona de acordo com leis que não funcionam em nenhum outro lugar do mundo. Para buscar a resposta, Franco investigou as práticas que envolvem a economia do país como o funcionamento do mercado, as finanças públicas e o câmbio, todas classificadas como as jabuticabas da economia brasileira, por suas peculiaridades. Cita também personalidades da cultura e da política como Maquiavel e Machado de Assis, e aborda temas como o Plano Real, o processo de privatização brasileiro e a política monetária do país, tratados com o embasamento conceitual e sua experiência no governo. Tudo isso na forma literária mais clara e digna de apreciação. Gustavo Franco foi laureado por esta obra em segundo lugar no XIX Prêmio Brasil de Economia – 2013, concedido pelo Cofecon.

EL PRECIO DE LA DESIGUALDAD

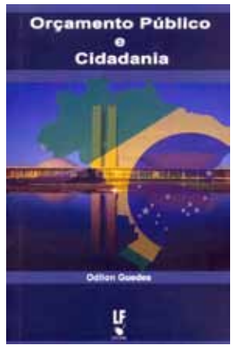
Autor: Joseph. E. Stiglitz
Taurus, 2012, 498 p.

O último livro de Joseph Stiglitz, ainda não lançado no Brasil, tem o instigante subtítulo *El 1% de la población tiene lo que el 99% necesita*. As melhores moradias, a melhor educação e o melhor nível de vida são desfrutados por uma parcela mínima da população. Porém, alerta o autor, há algo que o dinheiro não pode comprar: a compreensão de que o destino desse 1% está indissociavelmente ligado a como vivem os outros 99% da população.
Stiglitz aponta as terríveis consequências da enorme desigualdade que ainda prevalece no mundo e mostra como os mercados, por si só, não são eficientes nem estáveis para estimular o aumento da competitividade das nações menos desenvolvidas. Vale destacar a análise feita pelo autor no sentido de mostrar que a desigualdade não é um privilégio de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, atingindo também nações desenvolvidas. Stiglitz faz uma importante advertência: ao longo da história, este tipo de situação já ocorreu outras vezes e a minoria privilegiada só conseguiu entendê-la quando já era tarde demais.

ORÇAMENTO PÚBLICO E CIDADANIA

Autores: Odilon Guedes

Editora Livraria da Física, 2012, 120 p.



As manifestações populares ocorridas em várias partes do País no mês de junho foram consideradas uma espécie de redespertar da cidadania. É claro que manifestações episódicas como essas não indicam sequer um razoável grau de cidadania por parte da sociedade brasileira. Para tal, é necessário um conjunto de ações permanentes e regulares, a exemplo do que pode ser observado em países cujas populações possuem não apenas maior nível de educação, mas também maior consciência da importância de sua participação no acompanhamento da conduta das autoridades, em especial na gestão dos recursos públicos.

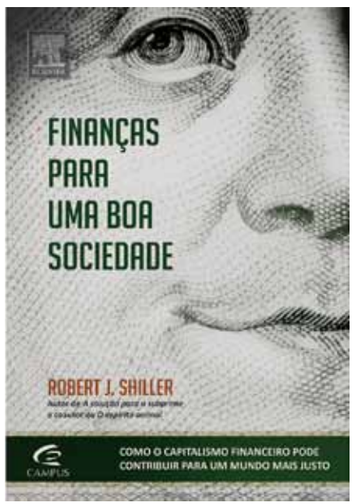
É exatamente essa a proposta de Odilon Guedes com o livro Orçamento Público e Cidadania. O primeiro dos quatro capítulos focaliza a importância do orçamento para a cidadania. Nos outros, aborda respectivamente o processo orçamentário municipal, a execução orçamentária e a transparência do orçamento. Mesmo possuindo um caráter mais técnico e de não se constituírem numa leitura tão fluida e agradável como o capitulo inicial, são essenciais para a boa compreensão do processo orçamentário e do papel desempenhado por todos aqueles que estão, direta ou indiretamente, com ele envolvidos.

FINANÇAS PARA UMA BOA SOCIEDADE

COMO O CAPITALISMO FINANCEIRO PODE CONTRIBUIR PARA UM MUNDO MAIS JUSTO

Autor: Robert Shiller

Editora Campus Elsevier, 2012, 312 p.



Neste livro, um dos laureados com o Prêmio Nobel de Economia em 2013, Robert Shiller, oferece uma nova perspectiva sobre o papel das finanças na sociedade.

Desafiando o público e os líderes a repensarem as finanças e o papel do setor financeiro na sociedade, Shiller sustenta que as finanças devem ser definidas não apenas como manipulação do dinheiro ou como gestão de riscos, mas como administração ou intendência dos ativos da sociedade.

O autor expõe argumentos poderosos para demonstrar que as finanças são uma das ferramentas mais poderosas de que a sociedade dispõe para resolver os problemas comuns e para aumentar o bem-estar social de um modo geral. E ainda demonstra de que maneira os profissionais de finanças, como CEOs, gestores de investimentos, banqueiros, seguradores, advogados e reguladores, podem gerenciar, proteger e multiplicar esses ativos, como efetivamente já o fazem.

É uma leitura instigante para compreender as finanças como força capaz de promover a prosperidade inclusiva da sociedade, direcionada para profissionais de finanças, CEOs, gestores de investimentos, banqueiros, seguradores, advogados e reguladores que precisam gerenciar, proteger e multiplicar ativos de forma criativa eficaz.

O BRASIL DEU CERTO. E AGORA?

Idealização: Maílson da Nóbrega

Direção: Louise Sottomaior

Com depoimentos de: Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello, José Sarney, Maílson da Nóbrega, Delfim Netto, Pedro Malan, Gustavo Franco, Pérsio Arida, Ozires Silva, Luiz Carlos Bresser Pereira, Roberto Setúbal e outros

Gênero: Documentário

Nacionalidade: Brasil

Duração: 70 minutos

Este vídeo, idealizado pelo ex-ministro Maílson da Nóbrega e dirigido por Louise Sottomaior, constitui-se num documentário em que 3 ex-presidentes da República, 12 ex-ministros de Estado, 7 ex-presidentes do Banco Central, empresários e especialistas em finanças relatam a história da economia brasileira e refletem sobre o presente e o futuro do País.

O documentário tem um título que estimula o debate ao conter a afirmação "O Brasil deu certo". E isso ele consegue sem qualquer sombra de dúvida. Afinal, como diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "Deu certo mesmo? Isso depende do que cada um considera o que é dar certo".

Num momento em que o Brasil convive com uma série de sinais contraditórios – elevado nível de emprego, baixo crescimento do produto, manifestações de toda ordem etc. – e em que a imagem do País foi mostrada negativamente pela prestigiada revista *The Economist*, o vídeo pode contribuir para uma reflexão e uma breve retrospectiva histórica, elementos que podem permitir uma melhor compreensão do momento que estamos vivendo.

E por falar em perspectiva histórica, num país em que por mais de duas décadas prevaleceu um cenário que combinava estagnação, inflação crônica e elevada, além de razoável instabilidade política, dizer que vivemos tempos turbulentos porque o crescimento econômico permanece abaixo do seu potencial e porque a inflação insiste em se manter próxima do limite superior da meta parece um certo exagero. Estamos falando de uma inflação anual de aproximadamente 6,5%, quando chegamos a conviver por muitos meses seguidos com taxas de dois dígitos e em 1992 e 1993 a inflação anual atingiu quatro dígitos. Colocar a situação numa perspectiva histórica adequada, no entanto, não significa que a situação está ótima e deixa de merecer cuidados. Longe disso. Mas talvez não haja razão para alarmismo ou catastrofismo, como muitos chegam a alardear.

O Conselho Federal de Economia agradece aos economistas Luiz Alberto de Souza Aranha Machado e Celina Martins Ramalho o envio das resenhas.

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 1ª REGIÃO - RJ

Endereço: Av. Rio Branco, 109,16º e 19º andares - Centro
Cidade: Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20040-906
Telefone: (21) 2103-0178
Fax: (21) 2103 -0106
Presidente: Sidney Pascoutto da Rocha
Vice-Presidente: Edson Peterli Guimarães
Secretário Executivo: Wellington Leonardo da Silva
Site: www.corecon-rj.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 2ª REGIÃO - SP

Endereço: Rua Líbero Badaró, 425, Ed. Grande São Paulo, 14º andar - Centro
Cidade: São Paulo – SP
CEP: 01009-905
Telefone: (11) 3291-8700 (Geral)
Fax: (11) 3291-8701
Presidente: Manuel Enriquez Garcia
Vice-Presidente: Afonso Arthur Neves Baptista
Site: www.coreconsp.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 3ª REGIÃO - PE

Endereço: Rua do Riachuelo, 105, Ed. Círculo Católico, sala 208 Boa Vista
Cidade: Recife – PE
CEP: 50050-400
Telefone: (81) 3222-0758 / 3221-2473
Fax: (81) 3222-0758
Presidente: Fernando de Aquino Fonseca Neto
Vice-Presidente: José Carlos Neves de Andrade
Secretária Executiva: Adriana Araújo
Site: www.corecon-pe.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 4ª REGIÃO - RS

Endereço: Rua Siqueira Campos, 1.184, Conj 601-606, 6º andar - Centro
Cidade: Porto Alegre – RS
CEP: 90010-001
Telefone: (51) 3254-2600 (Geral)
Presidente: Leandro Antônio de Lemos
Vice-Presidente: Everton André Batista Lopes
Secretária Executiva: Helena Edi Cruz
Site: www.coreconrs.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 5ª REGIÃO - BA

Endereço: Rua Frederico Simões, 98, Ed. Advanced Trade Center, sala 505, Caminho das Árvores - Pituba
Cidade: Salvador – BA
CEP: 41820-774
Telefone/fax: (71) 3341-1597 / 3341-2764 / 3341-2770
Presidente: Marcelo José dos Santos
Vice-Presidente: Carlos Rodolfo Lujan Franco
Secretário Executivo: Bruno Pires Sacramento
Site: www.corecon-ba.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 6ª REGIÃO - PR

Endereço: Rua Professora Rosa Saporski, nº 989 - Mercês
Cidade: Curitiba – PR
CEP: 80810-120
Telefone: (41) 3336-0701
Fax: (41) 3336-0701
Presidente: Carlos Alberto Gandolfo
Vice-Presidente: Celso Machado
Secretário Executivo: Amarildo de Souza Santos
Site: www.corecon-pr.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 7ª REGIÃO - SC

Endereço: Rua Trajano, 265, 12º andar - Centro
Cidade: Florianópolis – SC
CEP: 88010-010
Telefone: (48) 3222-1979
Fax: (48) 3222-1979
Presidente: Waldemar Bornhausen Neto
Vice-Presidente: Nelci Moreira de Barros
Gerente: Rodrigo Nivaldo Martins
Site: www.corecon-sc.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 8ª REGIÃO - CE

Endereço: Avenida Antônio Sales, 1.317, salas 06 / 08, Ed. Nordeste Center - Bairro Joaquim Távora
Cidade: Fortaleza – CE
CEP: 60135-100
Telefone: (85) 3246-1551
Fax: (85) 3224-8162
Presidente: Henrique Jorge Medeiros Marinho
Vice-Presidente: Allisson David de Oliveira Martins
Superintendente: Mirian Pinheiro Pessoa de Andrade
Site: www.corecon-ce.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 9ª REGIÃO - PA

Endereço: Rua Jerônimo Pimentel, 918 - Umarizal
Cidade: Belém – PA
CEP: 66055-000
Telefone: (91) 3223-1988
Fax: (91) 3242-0207
Presidente: Rosivaldo Batista
Vice-Presidente: Nélio Geraldo Bordalo Filho
Secretário Executivo: Marco Antônio Barbosa da Costa
Site: www.coreconpara.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 10ª REGIÃO - MG

Endereço: Rua Paraíba, 777 - Funcionários
Cidade: Belo Horizonte – MG
CEP: 30130-140
Telefone: (31) 3261-5806
Fax: (31) 3261-8127
Presidente: Cláudio Gontijo
Vice-Presidente: Fabrício Augusto de Oliveira
Gerente Executivo: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Site: www.portaldoeconomista.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 11ª REGIÃO - DF

Endereço: Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco A, sala 202, Edifício Embaixador
Cidade: Brasília – DF
CEP: 70300-907
Telefone: (61) 3964-8366 / 3223-1429 / 3225-9242
Fax: (61) 3964-8364
Presidente: Carlos Eduardo de Freitas
Vice-Presidente: Carlito Roberto Zanetti
Gerente: Angeilton Francisco Lima Faleiro
Site: www.corecondf.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 12ª REGIÃO - AL

Endereço: Rua Dias Cabral, 165, 1º andar - Centro
Cidade: Maceió – AL
CEP: 57020-250
Telefone: (82) 3221-3850
Presidente: Marcos Antônio Moreira Calheiros
Vice-Presidente: Maurílio Procópio Gomes
Gerente Executivo: Divaldo Coutinho
Site: www.corecon-al.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 13ª REGIÃO - AM

Endereço: Rua Leonardo Malcher, 768 - Centro
Cidade: Manaus – AM
CEP: 69010-170
Telefone: (92) 3234-2421 / 3622-7880 / 3622-2826
Fax: (92) 3234-2421
Presidente: Marcus Anselmo da Cunha Evangelista
Vice-Presidente: Nelson Azevedo dos Santos
Gerente Executiva: Albertina Santana
Site: www.corecon-am.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 14ª REGIÃO - MT

Endereço: Rua 6, Quadra 11, Lote 2 - Palácio Paiaguás
Cidade: Cuiabá – MT
CEP: 78049-045
Telefone: (65) 3644-1607
Presidente: Aurelino Levy Dias de Campos
Vice-Presidente: Ernani Lúcio Pinto de Souza
Gerente Executiva: Tianna P. Monteiro da Silva
Site: www.corecon-mt.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 15ª REGIÃO - MA

Endereço: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/ nº, Casa do Trabalhador, sala 104 - Calhau
Cidade: São Luís – MA
CEP: 65074-220
Telefone: (98) 3236-5376
Fax: (98) 3246-1784
Presidente: Luiz Augusto Lopes Espindola
Vice-Presidente: Eduardo Cássio Beckman Gomes
Gerente Executiva: Marlene Costa Luz
Site: www.corecon-ma.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 16ª REGIÃO - SE

Endereço: Rua Duque de Caxias, 398 - São José
Cidade: Aracaju – SE
CEP: 49015-320
Telefone: (79) 3214-1883 / 3214-0173
Fax: (79) 3211-7826
Presidente: Hermany Machado Ferreira
Vice-Presidente: Israel Schuster
Secretária Executiva : Artemisa Ribeiro Batista
Site: www.corecon-se.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 17ª REGIÃO - ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 42, sl. 1903/1904 - Centro
Cidade: Vitória – ES
CEP: 29010-250
Telefone: (27) 3222-1985 / 3233-0618
Presidente: José Antônio Alves Resende
Vice-Presidente: Tyago Ribeiro Hoffmann
Gerente Executiva: Josiane Gonçalves da Silva Tavares
Site: www.corecones.com.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 18ª REGIÃO - GO

Endereço: Av. 86, nº 617 - Setor Sul
Cidade: Goiânia – GO
CEP: 74083-330
Telefone/fax: (62) 3218-3311
Presidente: Alen Rodrigues de Oliveira
Vice-Presidente: Antônio Eurípedes de Lima
Secretária Executiva: Maria Paula Badra
Site: www.corecon-go.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 19ª REGIÃO - RN

Endereço: Rua Princesa Isabel, 815 - Cidade Alta
Cidade: Natal – RN
CEP: 59025-400
Telefone: (84) 3201-1005 / 3201-1655
Fax: (84) 3201-1655
Presidente: Airton Soares Costa
Vice-Presidente: Celso Arnaldo de Medeiros
Gerente Executiva: Maria Maíza de Paiva Costa
Site: www.corecon-rn.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 20ª REGIÃO - MS

Endereço: Rua Dr. Arthur Jorge, 2.437 - Monte Castelo
Cidade: Campo Grande – MS
CEP: 79010-210
Telefone: (67) 3356-4796
Fax: (67) 3356-7405
Presidente: Ricardo José Senna
Vice-Presidente: Jorge Tadeu de Barros Veneza
Gerente Executiva: Rosires Aparecida Bastos Gomes
Site: www.coreconms.org.br

RELAÇÃO DOS CORECONs

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 21ª REGIÃO - PB

Endereço: Avenida Epitácio Pessoa, 2.491, sala 04, 1º andar
Bairro dos Estados
Cidade: João Pessoa – PB
CEP: 58030-002
Telefone/fax: (83) 3241-1089
Presidente: Celso Pinto Mangueira
Vice-Presidente: João Bosco Ferraz de Oliveira
Gerente Executivo: Thales Batista da Silva
Site: www.corecon-pb.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 22ª REGIÃO - PI

Endereço: Rua Felix Pacheco, 1.680 - Centro
Cidade: Teresina – PI
CEP: 64001-160
Telefone: (86) 3221-7337
Fax: (86) 3221-0169
Presidente: Francisco José de Sousa
Vice-Presidente: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Secretária Executiva: Maria do Espírito S. Gonçalves de Oliveira Silva
Site: www.corecon-pi.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 23ª REGIÃO - AC

Endereço: Av Ceará, 3.201, 1º piso - Alto da Convel Abraão Alab
Cidade: Rio Branco – AC
CEP: 69907-000
Telefone: (68) 3227-3490
Presidente: José Idalécio de Sousa Galvão
Vice-Presidente: Lucas Araújo Carvalho
Secretária Executiva: Melre Daianne Gomes do Vale
Site: www.corecon-ac.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 24ª REGIÃO - RO

Endereço: Av. Calama, 2.300, Sala 14, Galeria Garden
Bairro São João Bosco
Cidade: Porto Velho – RO
CEP: 78803-769
Telefone/fax: (69) 3224-1452
Presidente: Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Vice-Presidente: Liduino Cunha
Secretária Executiva: Sirlene Rocha de Melo
Site: www.corecon-ro.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 25ª REGIÃO - TO

Endereço: Quadra 104 Sul com AV LO 01 - Conjunto 4, lote 12, Sala 107
Cidade: Palmas – TO
CEP: 77020-020
Telefone: (63) 3215-8660
Presidente: Francisco Viana Cruz
Vice-Presidente: Vilmar Carneiro Wanderley
Secretária Executiva: Keitiane Morais Xavier Krambeck
Site: www.corecon-to.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 26ª REGIÃO - AP

Endereço: Rua Manoel Eudóxio Pereira, 826, sala B (Altos)
Santa Rita
Cidade: Macapá – AP
CEP: 68908-123
Telefone/fax: (96) 3225-1323
Presidente: Alberto Jorge de Oliveira
Vice-Presidente: Vanderci de Oliveira Firmino
Secretária Executiva: Dayane Valadares Amorim
e-mail: corecon-ap@coreconamapa.org.br

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - 27ª REGIÃO - RR

Endereço: Avenida Major Williams, nº 2.108 - Bairro São Francisco
Cidade: Boa Vista – RR
CEP: 69301-110
Telefone/fax: (96) 3624-1517 / (95) 9148-2666 / (95) 8124-7011
Presidente: Marcio Sales de Sousa
Vice-Presidente: Mara Ryan A. de Almeida
Secretária Executiva: Diana Kelly Cassiano Marozini

www.cofecon.org.br
Setor Comercial Sul, Quadra 02,
Bloco B, sala 501
Edifício Palácio do Comércio
CEP: 70318-900 Brasília/DF
Tel:(61) 3208-1800
Fax:(61) 3208-1814